



**Poder Legislativo**  
**Assembleia do Estado do Amazonas**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR**

**PARECER**

**PROJETO DE LEI Nº 30/2025**

**PROPONENTE: DEPUTADA DRA. MAYARA PINHEIRO**

**RELATORA: DEPUTADA ALESSANDRA CAMPÊLO**

**ALTERA**, na forma que especifica, a Lei n. 5.341, de 14 de dezembro de 2020, que INSTITUI o Estatuto do Portador de Diabetes no âmbito do Estado do Amazonas e dá outras providências.

## **1. RELATÓRIO**

A Deputada Dra. Mayara Pinheiro, no uso de suas atribuições legislativas, apresentou o Projeto de Lei nº. 30/2025 que “Altera, na forma que especifica, a Lei n. 5.341, de 14 de dezembro de 2020, que INSTITUI o Estatuto do Portador de Diabetes no âmbito do Estado do Amazonas e dá outras providências.”

A justificativa do projeto encontra-se anexa.

O Projeto de Lei foi incluído em pauta nas reuniões ordinárias dos dias 05, 11 e 12 de fevereiro de 2025 não tendo recebido emendas ou substitutivo.

Seguindo o Processo Legislativo, os autos foram encaminhados a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto no art. 27, inc. I, alínea “a” c/c art. 127, §1º, inc. III, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Passo a emitir Parecer, na tentativa de criar juízo de valor, conclamando aos Nobres Pares desta Comissão e ao Douto Plenário deste Poder, para acompanhar o parecer.

É o breve relatório. Passo a opinar.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO**

Com base no que dispõem o art. 33, caput, da Constituição Estadual<sup>1</sup> e art. 87, inc. I<sup>2</sup>, do Regimento Interno, a eminente Deputada Dra. Mayara Pinheiro, submete para apreciação

<sup>1</sup> Art. 33. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Defensor Público Geral, ao Tribunal de Contas do Estado e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

<sup>2</sup> Art. 87. A apresentação de projetos respeita a iniciativa privativa, nos termos da Constituição do Estado, admitindo-se as seguintes hipóteses quanto à autoria: I – Deputado e ou Deputados em conjunto, sendo considerados autores todos os seus signatários; (Redação dada pela RL N. 789, de 20.04 2021)





**Poder Legislativo**  
**Assembleia do Estado do Amazonas**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR**

desta Casa Legislativa a presente propositura justificando a iniciativa, em breve síntese, que o projeto tem por objetivo reconhecer o “bracelete Azul” como símbolo de identificação de pessoas com diabetes no âmbito do Estado do Amazonas, alterando a Lei Ordinária nº 5.341, de 14 de dezembro de 2020 que INSTITUI o Estatuto do Portador de Diabetes no âmbito do Estado do Amazonas e dá outras providências.

Conforme a justificativa da autora, a regulamentação ajudará a criar um padrão de identificação visual para diabéticos em todo o estado, tornando o bracelete amplamente conhecido e acessível. A padronização garantirá que as pessoas com diabetes estejam protegidas de forma eficaz, independentemente de sua localização ou status socioeconômico.

Ressalta ainda, que de acordo com Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas – FVS, mais de 185 mil pessoas estão cadastradas nos municípios para o tratamento de diabetes na Atenção Básica. Ademais, como é de conhecimento popular o Amazonas é um estado com uma grande diversidade geográfica e cultural, e muitas vezes as condições de acesso a serviços de saúde não são ideais, por isso, em situações de urgência, como em comunidades isoladas ou durante o transporte para centros urbanos, o bracelete pode ser um recurso valioso para garantir que a pessoa com diabetes receba o suporte necessário até que seja possível o atendimento médico especializado.

Procedendo, então, a devida análise da proposição, quanto a competência verifica-se que o Estado pode legislar de forma suplementar sobre matérias e assuntos de predominante interesse regional, conforme art. 25, §1º da Constituição Federal de 1988, *in verbis*:

*“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.  
 § 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”*

Quanto à competência para legislar sobre esta matéria, verifica-se que o tema tratado neste Projeto de Lei se situa no âmbito da competência legislativa concorrente, estabelecida à União, aos Estados e ao Distrito Federal, conforme art. 24, inciso XII da Constituição Federal de 1988, o qual foi reproduzido, integralmente, na Constituição Amazonense, consoante art. 18, inciso XII, do texto constitucional estadual.





**Poder Legislativo**  
**Assembleia do Estado do Amazonas**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR**

*"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*.....*  
**XII – proteção e defesa da saúde; "**

*"Art. 18. Compete ao Estado, respeitadas as normas gerais estabelecidas em lei federal, legislar concorrentemente com União sobre:*

*.....*  
**XII – proteção e defesa da saúde; "**

Portanto, a iniciativa legislativa em questão se encontra alinhada com os preceitos constitucionais federal e estadual, uma vez que respeita os limites impostos pela Constituição Federal, conferindo ao Estado do Amazonas a prerrogativa. Sendo assim, encontra-se totalmente ancorada na competência concorrente, insculpida na Carta Magna Federal e Estadual.

Desta feita, como o Projeto de Lei em destaque está de acordo com as normas constitucionais e legais de competência, cumpre esta Comissão de Constituição e Justiça reconhecer pela constitucionalidade do projeto de lei.

### **3. VOTO**

Diante do exposto, considerando que o presente projeto atende os requisitos formais exigidos pela ordem constitucional e legal, **MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL** ao prosseguimento do Projeto de Lei nº 30/2025.

**S.R. DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 13 de março de 2025.

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]  
**ALESSANDRA CAMPÊLO**  
**DEPUTADA ESTADUAL**  
**RELATORA**

T.A





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## ASSINATURAS DIGITAIS

ALESSANDRA CAMPELO DA SILVA - DEPUTADO(A) - EM 13/03/2025 12:08:56

